

# Desigualdades nos mercados de trabalho metropolitano e não metropolitano brasileiro (1981-2006)

Inequalities in the metropolitan and non-metropolitan Brazilian labor markets (1981-2006)

Hipólita Siqueira  
Alexandre Gori Maia

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os impactos das mudanças na economia brasileira sobre o mercado de trabalho nas áreas metropolitanas e não metropolitanas durante o período 1981-2006. A hipótese central é de que houve piora em alguns dos importantes e já precários indicadores do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nas áreas metropolitanas, as quais concentram as maiores e melhores possibilidades de inserção ocupacional e de captação de renda. Para cumprir com o objetivo proposto, analisa-se a dinâmica dos indicadores de quantidade e qualidade das ocupações (taxa de ocupação, desemprego, subemprego e informalidade), a distribuição dos ocupados segundo setores de atividade econômica e a distribuição dos rendimentos entre as principais aglomerações metropolitanas e não metropolitanas do Brasil.

**Palavras-chave:** desigualdades territoriais; mercado de trabalho; regiões metropolitanas e regiões não metropolitanas; economia brasileira; informalidade.

## Abstract

*The aim of this paper is to analyze the impacts of Brazilian economy changes on metropolitan and non-metropolitan areas labor market during the period 1981-2006. The central hypothesis is that some important and precarious labor market indicators have worsened, especially in the metropolitan areas which hold the best occupational insertion and income generation opportunities. In order to reach such purposes, this paper analyzes the dynamics of quality and quantity occupation indicators (employment rate, unemployment, underemployment, informality and wages) as well as their distribution according to major geographical region and economic sectors.*

**Keywords:** territorial inequalities; labor market; metropolitan and non-metropolitan areas; Brazilian economy; informality.

## Introdução

As transformações no ambiente econômico brasileiro nos anos 80 e 90 determinaram em grande medida uma dinâmica amplamente desfavorável ao mercado de trabalho, tanto em regiões metropolitanas como em regiões não metropolitanas, sendo importantes o aumento do desemprego e a deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho (Maia, 2009). No início dos anos 80, a interrupção do crédito internacional provocou o colapso da dívida externa brasileira, a qual crescera consideravelmente na década de 70. Sem conseguir renegociar a dívida, o governo brasileiro foi obrigado a adotar uma política macroeconômica que forçou uma adaptação da economia à restrição externa através de uma profunda recessão entre os anos de 1981 e 1983. Como resultado, houve uma brusca interrupção na trajetória de crescimento da economia brasileira e a estagnação iniciou-se com uma forte queda do PIB, do poder de compra das remunerações do trabalho e o avanço de uma cada vez mais descontrolada inflação. Seguiram-se inúmeras tentativas frustradas de estabilização da economia até o plano real de 1994.

Os anos 90 foram ainda marcados pela disseminação de processos de abertura comercial e financeira, os quais ocorreram paralelamente à adoção de políticas de estabilização monetária, mediante elevadas taxas de juros, valorização cambial e intensificação da concorrência externa. O aumento da dívida pública decorrente desses ajustes resultou em grave deterioração do financiamento dos gastos e investimentos do setor público. Ao mesmo tempo, as privatizações de empresas estatais e do

acesso a bens públicos teriam contribuído para a redução da capacidade do Estado de promover políticas de desenvolvimento (industrial, regional, agrícola, social, etc.). Em geral, os anos 1990 foram marcados por elevada instabilidade nas taxas de crescimento econômico, determinando um ambiente de grande incerteza para a realização de investimentos, apesar da atração de certo volume de investimento direto externo.<sup>1</sup> O ajuste produtivo ocorreu com modernização das empresas e aumento do componente importado, porém, de modo bastante defensivo, sem a implantação de novos setores capazes de compensar a destruição dos postos de trabalho e de gerar novas ocupações.

Com a alteração nos preços relativos pós-desvalorização cambial ao final da década de 90, o crescimento do comércio internacional no início da década de 2000 e as melhorias nos preços das *commodities*, houve uma recuperação no dinamismo da economia brasileira, com inserção externa mais favorável. Embora em meio a políticas macroeconômicas ainda bastante restritivas e sem a remoção dos obstáculos estruturais ao crescimento sustentado (elevadas taxas de juros, restrição fiscal e financeira do Estado, frágil financiamento de longo prazo, ausência de política industrial e persistência de importantes gargalos na infraestrutura econômica e social), houve certa recuperação do crescimento industrial e ampliação do consumo de bens e serviços (Amitrano, 2006). Este último aspecto também decorrente da intensificação das políticas de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e da expansão do crédito pessoal (Quadros, 2008).

No que se refere às estruturas produtivas regionais, foram mais acionadas aquelas referentes ao agronegócio e à indústria extrativa

mineral. Também se alterou o quadro de baixo dinamismo do mercado de trabalho característico dos anos 1990. Segundo as avaliações de Baltar et al. (2006) e de Leone e Baltar (2007), a queda das ocupações agrícolas foi interrompida e ocorreu uma recuperação do crescimento das ocupações não agrícolas, sobretudo do emprego assalariado em estabelecimentos com maior nível de formalização dos vínculos. Entretanto, os autores argumentam que a melhoria no crescimento econômico foi insuficiente para gerar ocupações em nível compatível com o intenso crescimento da PEA na primeira metade da década atual.

Convém ressaltar que, apesar das melhorias recentes nas taxas de crescimento econômico, análises como a de Carneiro (2008) apontam para uma diminuição do adensamento das cadeias produtivas, determinada pelas políticas macroeconômicas adotadas (liberalização comercial, elevadas taxas de juros e períodos recorrentes de apreciação da moeda nacional) e a instauração de um padrão de crescimento comandado pela demanda doméstica e pelas exportações líquidas, em que os investimentos assumem papel subordinado. Isso ocorreu nos segmentos industriais mais dinâmicos do capitalismo contemporâneo (intensivos em tecnologia e de maior valor agregado), com graves consequências para as estruturas produtivas regionais mais diversificadas e integradas.

Nesse contexto de profundas transformações econômicas, o objetivo deste artigo é analisar os impactos no mercado de trabalho das áreas das metropolitanas (AM) e não

metropolitanas (ANM) brasileiras durante o período de 1981-2006. Desse modo, visa contribuir para o debate sobre as desigualdades regionais do mercado de trabalho brasileiro. A hipótese central é a de que houve uma piora dos já precários indicadores do mercado de trabalho brasileiro, especialmente nas AM. No período mais recente, as menores taxas de desemprego observadas nas ANM não indicariam melhores condições em seus mercados de trabalho. Por outro lado, são reforçadas as evidências de que os impactos negativos das transformações econômicas foram mais significativos sobre os mercados de trabalho metropolitanos, os quais, guardadas as especificidades regionais, concentram as maiores possibilidades de inserção ocupacional e de captação de renda fora do mercado de trabalho.

Além desta seção introdutória e das considerações finais, o artigo contém mais duas seções principais. Na seção seguinte, é feita uma breve análise sobre a situação mais recente das desigualdades nas estruturas produtivas regionais brasileiras, destacando que apesar da continuidade das tendências de desconcentração da atividade econômica no território nacional, de maior ímpeto na década de 1970, elas não foram capazes de alterar radicalmente a divisão inter-regional do trabalho. Na terceira seção, são analisadas a dinâmica dos indicadores de quantidade e qualidade das ocupações (taxa de ocupação, desemprego, subemprego e informalidade), a distribuição dos ocupados segundo setores de atividade econômica e a distribuição dos rendimentos entre as principais AM e ANM do Brasil.

## Desigualdades nas estruturas produtivas regionais

Os aspectos estruturais da questão regional brasileira, sob o prisma da integração do mercado nacional, foram tratados por Cano (2008) através da proposição de uma periodização bem definida. O período de crescimento econômico (1930-1970) foi marcado pela forte concentração industrial no estado de São Paulo e complementaridade com as demais estruturas produtivas. A partir da década de 70, inicia-se um período marcado por particulares, heterogêneos, complexos e controvertidos processos de desconcentração regional produtiva. Os determinantes desses processos (expansão da fronteira agrícola, políticas estatais, fluxos migratórios, etc.) foram amplamente discutidos pela literatura da área de economia regional (Cano, 2008; Diniz, 1995; Azzoni, 1986; Pacheco, 1998; Guimarães Neto, 2002; Araújo, 2000).

No que se refere especificamente à questão dos processos que atuaram na urbanização e nos mercados regionais de trabalho, em meio à “fuga para a frente” da contínua apropriação privada territorial e da constante interiorização (Tavares, 1999), a expansão da fronteira agrícola e os processos de industrialização intensificaram a formação de amplos estoques de mão de obra nos distintos espaços urbanos brasileiros.<sup>2</sup> Embora o período de 1960-1980 tenha sido caracterizado pelo dinamismo na geração de ocupações, tanto na indústria como no setor terciário, boa parte desse excedente de mão de obra não foi incorporado aos segmentos mais organizados do mercado de trabalho. Tampouco houve acesso aos mercados habitacionais e

ao direito à cidade, exceto em suas modalidades e porções territoriais “ilegais”, em que não vigoram os preceitos jurídicos e urbanísticos estabelecidos.

A crise da dívida dos anos 1980 e as reformas liberalizantes dos anos 1990 dificultaram sobremaneira as políticas nacionais de desenvolvimento, importantes para a estruturação dos processos descritos brevemente nos parágrafos anteriores. Sendo assim, determinaram uma dinâmica macroeconômica amplamente desfavorável ao crescimento econômico e um ambiente de grande incerteza para a realização de investimentos autônomos. Houve ampliação das lógicas de valorização financeira e o ajuste produtivo e patrimonial foi bastante defensivo, pautando-se, sobretudo, pelas privatizações, ampliação da participação de empresas estrangeiras, aumento de componentes importados, cortes significativos do pessoal ocupado e estratégias de terceirização/subcontratação e concentração em atividades-fim (*core business*) das empresas.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o crescimento econômico foi inexpressivo, apresentando forte instabilidade. De acordo com Carneiro (2008), a instauração de um regime de mercado desregulado e de um padrão de crescimento ciclotímico, comandado pela demanda doméstica e pelas exportações líquidas, teve graves consequências para a estrutura produtiva nacional. Diminuiu o adensamento das cadeias produtivas, especialmente da indústria de bens intensivos em trabalho e em tecnologia. Tal padrão contrasta com o período anterior, em que o crescimento acompanhava expressiva diversificação da estrutura produtiva, num movimento de *catching up* com os países desenvolvidos.

Nesse sentido, a interrupção dos processos econômicos e sociais estruturantes e seus efeitos podem ser observados em várias dimensões: inserção externa vulnerável do país; manutenção de baixo nível de investimento e inversões de capital de baixa qualidade em termos de encadeamentos; desadensamento da estrutura produtiva; precarização do mercado de trabalho; tendências pontuais de desconcentração "espúria";<sup>3</sup> ampliação das desigualdades regionais e socioeconômicas; entre outras.

As exorbitantes taxas de inflação e a crise fiscal gerada pelo comprometimento com o serviço da dívida refletiram-se em drástica redução dos investimentos em infraestrutura e desmontagem das instituições de planejamento regional e urbano criadas no período anterior. Fagnani (2005) chama a atenção para o fato de essas condições ocorrerem justamente no processo de redemocratização do país, no âmbito da implementação da Constituição Federal de 1988 e da proliferação dos movimentos sindicais e sociais. Com isso, a defesa dos rendimentos dos salários contra os aumentos de preços torna-se prioridade na retomada da ação sindical.

Nos anos 1990, o aumento do desemprego e a restrição das oportunidades de ocupação no mercado de trabalho nacional foram drásticos. Em termos gerais, houve diminuição do emprego em estabelecimentos e das ocupações nos setores agrícola, da indústria de transformação, construção civil, financeiro, serviços de utilidade pública e transportes, e aumento das ocupações no heterogêneo setor terciário. O aumento do desemprego e a redução da oferta de trabalho contribuíram ainda para uma piora generalizada nas condições de inserção dos trabalhadores (Maia,

2009). Reduziram as remunerações e a taxa de assalariamento no mercado de trabalho urbano, já bastante precarizado pelo elevado peso das ocupações informais (trabalhadores sem carteira, domésticos e por conta própria). A distinção em relação ao período de 1950-1980 é que as maiores taxas de crescimento econômico, determinadas pela diversificação das estruturas produtivas no âmbito da implementação de blocos descontínuos de investimento repercutiam na expansão das ocupações urbanas de classe média, do emprego de maior qualificação na administração pública e serviços sociais e do emprego nas grandes empresas, privadas e estatais. Desse modo, refletiam-se em possibilidades de ascensão social num movimento de estruturação do mercado urbano de trabalho assalariado (Siqueira, 2010b).

No plano regional, apesar da reversão do ciclo de crescimento econômico com a crise da dívida externa nos anos 1980, a maturação dos empreendimentos do II PND e as políticas de exportação para dar conta do serviço da dívida permitiram a continuidade dos movimentos de desconcentração regional da indústria. De acordo com Pacheco, entre 1980-1995, isso ocorreu de maneira menos intensa do que nos anos 1970, sendo acompanhada por

[...] uma crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de "ilhas" de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das "antigas periferias" nacionais e uma importância maior do conjunto das "cidades médias". (1998. p. 169)

Cano (2008) argumenta que, no movimento de desconcentração regional do "período neoliberal" (1990-2005), alguns processos

estariam atuando em dois sentidos. Num sentido inter-regional, em prejuízo ao estado de São Paulo, tendo como principais determinantes: a) os benefícios financeiros e fiscais concedidos pela guerra fiscal; b) a continuidade da expansão da fronteira agrícola e de recursos minerais; c) a expansão urbana em regiões menos desenvolvidas, uma vez que a crise afetou mais a economia paulista e inibiu o movimento migratório inter-regional; e d) as políticas de incentivo ao turismo nacional. Simultaneamente, teria ocorrido um reforço da concentração nos ramos industriais de maior avanço tecnológico no estado de São Paulo. Num sentido intraestadual, outros fatores favoreceram a indústria do interior paulista: melhorias e transformações na infraestrutura de transporte; modernização agrícola e agroindustrial (beneficiados pela melhoria nos preços de produtos como carne bovina e açúcar); implantação de projetos de polos tecnológicos; guerra fiscal entre municípios paulistas; e a recuperação dos preços internacionais do petróleo e melhores condições cambiais, favorecendo a produção de álcool.

Por outro lado, para Cano (2008), no período que se inicia com a crise da dívida dos anos 1980, alguns processos impediram um aprofundamento ainda maior das desigualdades regionais. Foram estes: a) o crescimento da urbanização nas regiões mais periféricas determinada pela continuidade da expansão da fronteira agrícola e mineral; b) pequeno crescimento industrial; c) expansão dos gastos sociais a partir da Constituição de 1988; e d) expulsão de trabalhadores em atividades agrícolas.

Todavia, o autor assinala a importância de considerar essa “acomodação” e os movimentos de reconcentração (da atividade industrial com maior conteúdo tecnológico e

valor agregado) e desconcentração (dos setores intensivos em trabalho e recursos naturais) num quadro geral de desigualdades sociais (pobreza, miséria e desemprego aberto). Desigualdades estas que ainda permanecem inaceitáveis, tanto nas regiões “mais pobres” como nas “mais ricas”, e reforçam a questão da insuficiência da desconcentração da indústria para a redução das desigualdades regionais. Igualmente, ressalta a necessidade de se questionarem as “causas estruturais regionais que perpetuam um quadro social com índices deploráveis de pobreza” e de enfrentamento das “estruturas (regionais) de dominação: renda, propriedade, controle político, acesso ao Estado, etc.” (ibid, p. 18).

Como ressaltado em Siqueira (2010a), os investimentos realizados e projetados marcam novas tendências locais e, ao mesmo tempo, confirmam tendências na divisão inter-regional de períodos anteriores, no sentido de algumas especializações regionais já existentes e na manutenção do estado de São Paulo como principal núcleo de acumulação. A análise do desempenho dos principais setores produtivos das macrorregiões brasileiras e da distribuição regional das intenções de investimento confirma a configuração de uma dinâmica regional caracterizada por tendências de desconcentração, as quais foram determinadas pelo acirramento da guerra fiscal e pela proximidade das fontes de recursos naturais (agronegócio e indústria mineral extrativa). Simultaneamente, são fortes as tendências de reconcentração regional, as quais mais recentemente dizem respeito não só a alguns setores dinâmicos e de maior conteúdo tecnológico, mas também a outros fatores como, por exemplo, as macroestratégias governamentais

de fortalecer a indústria naval e os desdobramentos do Pré-sal, dos Jogos Olímpicos e do Trem-Bala. Nesse movimento, atuam importantes "requisitos locacionais", dentre eles, a oferta de mão de obra qualificada, eficiente infraestrutura de transporte, proximidade a mercados consumidores de maiores dimensões e de alta renda. Porém, outro fator de grande importância diz respeito à inércia e rigidez locacional determinada pelo alto custo de capital da saída das grandes metrópoles e das aglomerações já consolidadas em uma economia em regime de baixo crescimento.

Por fim, encerrando essa seção, caberia ressaltar a necessidade de investigações críticas e interdisciplinares que possibilitem interpretações mais aprofundadas dos complexos processos de urbanização, de reorganização econômica, de aprimoramento ou não de nossas forças produtivas, dos mercados de trabalho, das condições sociais e outras, em análises que pudessem tratar esses processos de maneira devidamente regionalizados.

## O mercado de trabalho metropolitano e não metropolitano brasileiro

### Procedimentos metodológicos

Os resultados deste trabalho apoiaram-se nas informações disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 1981 a 2006. Serão apresentadas análises sistematizadas segundo setores de atividade, contribuição

previdenciária, jornada inferior a 35 horas de trabalho e rendimento médio/hora no trabalho principal.

Na composição da População Economicamente Ativa (PEA), foram considerados como ocupados os indivíduos com 10 anos ou mais de idade que tinham trabalho remunerado na semana ou que exerciam trabalho não remunerado durante pelo menos 15 horas na semana. Como desempregados, foram considerados os indivíduos com 10 anos ou mais de idade que não estavam ocupados na semana, mas que, num período de 2 meses, estavam à procura de trabalho. A taxa de desemprego foi estimada pelo percentual de desempregados em relação à PEA e a taxa de participação pelo percentual da PEA em relação à População em Idade Ativa (PIA), ou seja, pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Estimou-se ainda a percentagem de ocupados sem contribuição previdenciária e com jornada inferior a 35 horas semanais como aproximações, respectivamente, das condições da informalidade e subemprego no mercado de trabalho. Esse procedimento justifica-se pela ausência de informações específicas sobre esse tema nos questionários da PNAD que permitam uma comparação ao longo do tempo delimitado.

No conjunto das AM foram consideradas as 10 principais da PNAD: Distrito Federal (Região Centro-Oeste); São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (Região Sudeste); Porto Alegre e Curitiba (Região Sul); Salvador, Recife e Fortaleza (Região Nordeste) e Belém (Região Norte). Os setores de atividade econômica foram agregados em 14 categorias: 1) atividades agrícolas; 2) indústria da transformação; 3) outras atividades industriais; 4) construção

civil; 5) comércio e reparação; 6) alojamento e alimentação; 7) transporte, armazenagem e comunicação; 8) administração pública; 9) educação, saúde e serviços sociais; 10) serviços domésticos; 11) setor financeiro; 12) atividade a empresas; 13) serviços pessoais e recreativos; 14) outros serviços.

Os níveis econômicos da população ocupada foram analisados a partir do rendimento da ocupação principal. Todos os valores foram deflacionados para (R\$) Reais de 1º de outubro de 2007 a partir do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), corrigido para a PNAD. Porém, foi feito um ajuste no índice de inflação para que esse captasse as variações percebidas no dia 1º de cada mês, período de referência para os rendimentos coletados pela PNAD e, com isso, não permaneça centrado no dia 15 de cada mês, como originalmente prevê sua metodologia (Corseuil e Foguel, 2002).

## Resumo e discussão dos resultados

Com uma população total de 27 milhões de ocupados, as 10 principais AM identificadas pela PNAD concentravam um terço da população ocupada nacional em 2006, sendo que este percentual praticamente não se altera entre 1981-2006 (Tabela 1). No que se refere ao total das macrorregiões, a maior concentração das ocupações nas AM em 2006 foi observada no Sul e a menor no Nordeste. Porém, ao longo do período analisado, esses percentuais sofrem alterações divergentes. A concentração aumenta nas AM do Sudeste (de 16% para 20%) e do Centro-Oeste (de 19% para 26%),

reduz no Norte (apenas Belém) (de 26% para 20%) e no Sul (de 47% para 45%) e se mantém em 16% no Nordeste. Essas mudanças podem indicar maior pressão sobre os mercados de trabalho das AM que aumentaram suas participações, porém tal afirmação exige um exame detalhado dos fluxos migratórios regionais, o que, por sua vez, excede os limites deste trabalho.

O período analisado abrange, em sua maioria, uma trajetória bastante errática de crescimento econômico no Brasil, marcada por elevadas taxas de inflação na década de 1980 e início de 1990 e miniciclos de crescimento das taxas anuais do PIB (1984-87; 1993-97; 2000; 2004-06). Junto com as mudanças no contexto econômico internacional e o conjunto diverso de políticas econômicas internas adotadas, representadas por uma série de planos de estabilização inflacionária, a abertura comercial e financeira, privatizações, etc., os horizontes de baixo crescimento econômico determinaram cenários bastante instáveis para a realização de investimentos com consequências extremamente negativas para a geração de ocupações.

Entre 1981-2001, a taxa anual de crescimento das ocupações é a mesma para o total das AM e ANM (Tabela 2). Porém, há distintas taxas regionais: as ocupações das AM crescem mais no Nordeste e no Sul; e crescem menos no Norte (Belém) e no Sudeste. No Centro-Oeste, a diferença não é significativa. No período 2001-2006, de melhor crescimento econômico do PIB nacional, a taxa total das AM é maior, o que se repete em todas as regiões, com exceção do Norte (Belém).

Tabela 1 – Distribuição dos ocupados segundo região geográfica e área censitária – Brasil<sup>1</sup> 1981, 2001 e 2006

Região	1981				2001				2006			
	AM		ANM		AM		ANM		AM		ANM	
	(1.000) pessoas	%										
Norte	268	26,3	753	73,7	691	21,0	2.594	79,0	858	20,1	3.401	79,9
Nordeste	1.974	16,3	10.126	83,7	3.884	19,6	15.933	80,4	4.458	20,0	17.871	80,0
Sudeste	9.792	47,4	10.868	52,6	14.476	44,8	17.845	55,2	16.848	44,9	20.693	55,1
Sul	1.576	18,9	6.761	81,1	3.099	25,0	9.273	75,0	3.567	25,8	10.271	74,2
Centro-Oeste	467	16,3	2.395	83,7	916	15,3	5.069	84,7	1.103	16,1	5.749	83,9
Total	14.077	31,3	30.903	68,7	23.065	31,3	50.715	68,7	26.833	31,6	57.985	68,4

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 2 – Taxa anual de crescimento das ocupações, segundo região geográfica e área censitária Brasil<sup>1</sup> (2001/1981 e 2006/2001)

Região	2001/1981		2006/2001	
	AM	ANM	AM	ANM
Norte	4,8	6,4	4,4	5,6
Nordeste	3,4	2,3	2,8	2,3
Sudeste	2,0	2,5	3,1	3,0
Sul	3,4	1,6	2,9	2,1
Centro-Oeste	3,4	3,8	3,8	2,6
Total	2,5	2,5	3,1	2,7

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Antes de avaliar a qualidade das ocupações nos diversos setores econômicos das AM e ANM brasileiras, é essencial ressaltar o comportamento da economia e suas consequências para o mercado de trabalho no período. O baixo crescimento da economia observado nos últimos 26 anos pode ser apontado como um dos principais determinantes da deterioração

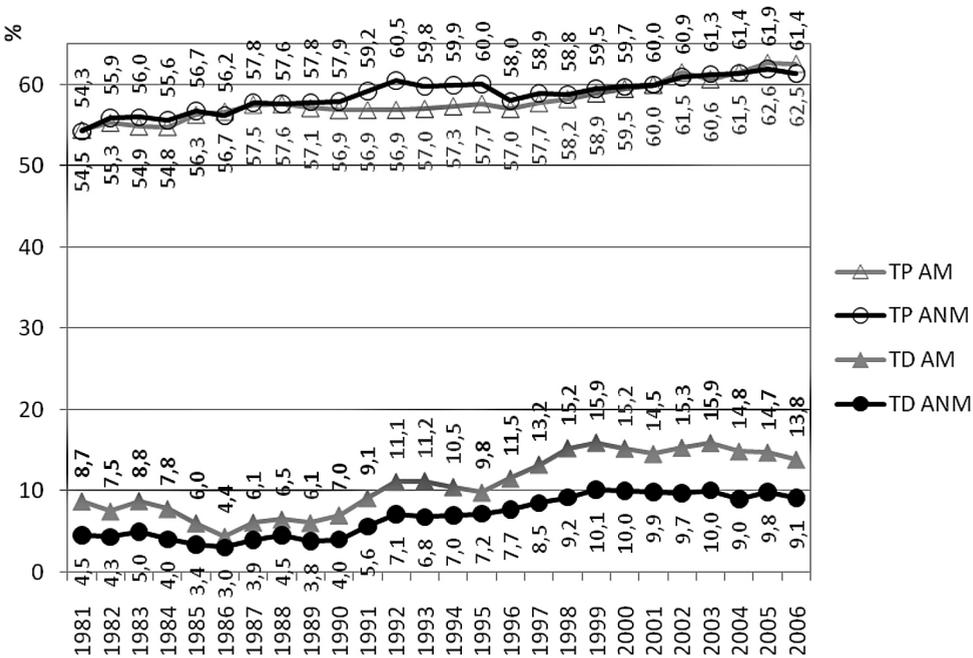
dos já precários indicadores do mercado de trabalho brasileiro (Maia, 2009). No Brasil, a taxa de desemprego entre 1981 e 2006 teve aumento expressivo de 5,9% para 10,7%. Nas AM, a taxa de desemprego, que já era elevada em 1981 (8,7%), chegou a 13,8% em 2006. Como podem ser observadas na Figura 1, as taxas de desemprego são mais elevadas nas AM do

que nas ANM, o que estaria mais relacionado ao funcionamento diferenciado dos mercados de trabalho nas AM (estruturas ocupacionais mais complexas e heterogêneas, pressões migratórias, elevadas taxas de rotatividade, etc.) do que a uma suposta maior capacidade de geração de emprego das ANM. Ademais, ambas apresentaram a mesma trajetória de aumento do desemprego no período analisado.

O desemprego cresceu, sobretudo entre 1990 e 1992, como reflexo das taxas negativas de crescimento econômico e elevados índices de inflação. Entre 1993 e 1996, maiores taxas de crescimento do PIB podem ter impedido o crescimento do desemprego, que ficou estabilizado em 11% da PEA nas AM e 7% nas ANM.

O desemprego voltou a subir na segunda metade da década de 1990, quando novamente pioraram as taxas de crescimento da economia. Tanto nas AM quanto nas ANM, os picos das taxas de desemprego foram observados na metade do segundo mandato do Governo FHC, em 2000, e no segundo ano do mandato do Governo Lula em 2003. Desde então, a retomada do crescimento da economia mundial tem impulsionado a economia brasileira e vem reduzindo a taxa de desemprego do país. Entretanto, a taxa de desemprego em 2006, de 13,8% nas AM e de 9,1% nas ANM, era bastante superior às taxas observadas em 1981, de 8,7% e de 4,5%, respectivamente.

Figura 1 – Taxa de Participação (TP) e Taxa de Desemprego (TD) segundo área censitária – Brasil<sup>1</sup> 1981 a 2006



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As taxas de participação (TP: participação da PEA no total da PIA) das AM e ANM foram praticamente semelhantes. Na década de 1980, o crescimento da TP esteve associado, sobretudo, à maior parcela de ocupados na PIA, visto que a taxa de desemprego não cresceu nesse período. A partir da década de 1990, o crescimento da TP passou a estar associada, sobretudo, ao crescimento do número de desempregados.

Ocorreram ainda mudanças importantes na composição setorial das ocupações. Nas AM, a mudança mais importante foi a brusca redução da participação relativa das ocupações industriais no total das ocupações, de

26% para 16% entre 1981-2006 (Tabela 3). Em menor medida, também houve uma queda nas ocupações dos setores da construção civil, administração pública e serviços financeiros. Dentre os demais setores, não houve aumentos significativos de participação de nenhum setor considerado individualmente. O setor de comércio e reparação, que já tinha contribuição importante no total das ocupações em 1981 (17%), aumentou sua participação para 20% em 2006. Também tiveram aumentos de percentuais relativos: atividades a empresas, educação, saúde e serviços sociais, alojamento e alimentação, serviços pessoais e recreativos, serviços domésticos e outros serviços.

Tabela 3 – Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade e área censitária – Brasil<sup>1</sup> 1981 e 2006

Setor de atividade	1981				2006			
	AM		ANM		AM		ANM	
	Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%	Pessoas (1.000s)	%
Atividades agrícolas	253	1,8	13.017	42,1	337	1,3	13.253	22,9
Indústria transformação	3.642	25,9	3.965	12,8	4.185	15,6	8.065	13,9
Outras ativ. industriais	197	1,4	415	1,3	211	0,8	515	0,9
Construção civil	1.214	8,6	2.411	7,8	1.895	7,1	3.769	6,5
Comércio e reparação	2.356	16,7	3.378	10,9	5.432	20,2	10.195	17,6
Alojam. e alimentação	463	3,3	605	2,0	1.293	4,8	2.080	3,6
Transp., armaz. e com.	856	6,1	1.073	3,5	1.681	6,3	2.358	4,1
Administração pública	948	6,7	1.030	3,3	1.392	5,2	3.028	5,2
Educ., saúde e serv. soc.	1.127	8,0	1.693	5,5	2.915	10,9	5.028	8,7
Serviços domésticos	1.113	7,9	1.606	5,2	2.316	8,6	4.401	7,6
Setor financeiro	546	3,9	376	1,2	582	2,2	488	0,8
Atividades a empresas	572	4,1	404	1,3	2.095	7,8	1.864	3,2
Serviços pes. e recreat.	440	3,1	570	1,8	1.260	4,7	1.653	2,9
Outros serviços	351	2,5	362	1,2	1.283	4,6	1.290	2,2
Total	14.077	100,0	30.903	100,0	26.833	100,0	57.985	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nas ANM reduziu-se expressivamente a participação relativa das ocupações agrícolas (de 42% em 1981 para 26% em 2006), o que estaria associado à expansão de culturas altamente mecanizáveis, pouco intensivas em mão de obra. Por outro lado, comércio e reparação foi o setor que mais aumentou seu percentual relativo, de 11% para 18%. Também aqui não houve aumento significativo da participação relativa de nenhum setor considerado individualmente. À exceção de outras atividades industriais, construção civil e setor financeiro, todos os demais tiveram pequenos aumentos em seus percentuais.

Apesar de essas mudanças terem ocorrido no sentido do aumento das atividades de serviços, a elevada heterogeneidade desse setor não permite determinar tendências gerais para esse movimento, sobretudo considerando as diferenças existentes não só nas estruturas produtivas entre ANM e as AM, mas também entre e no interior das próprias AM. A queda do emprego industrial pode estar sendo puxada pelas metrópoles onde a indústria é mais importante, como a de São Paulo, o que, por sua vez, mereceria uma análise mais apurada. Porém, os movimentos sugerem os impactos negativos das políticas macroeconômicas e dos sucessivos ajustes produtivos que resultaram bastante prejudiciais aos setores de maior contribuição no total das ocupações. As alternativas ao desemprego foram dadas principalmente pela inserção em serviços com lógicas organizacionais extremamente diversas como comércio e reparação; atividades a empresas e serviços domésticos que, por sua vez, também

se diferenciam em seus contextos regionais. O mesmo pode ser identificado em termos das articulações das atividades de serviços com as industriais e agrícolas (refletindo as estratégias empresariais de reestruturação produtiva) e intrassetórias, como a diversidade de atividades que compõem os agregados comércio e reparação, atividades a empresas e alojamento e alimentação.

No entanto, para além do que as diferencia, a qualidade dessas ocupações pode ser um aspecto geral que as iguala. Essa hipótese pode ser atestada pelo aumento dos índices de informalidade e subemprego dos trabalhadores. A parcela de trabalhadores sem contribuição previdenciária oficial, como indicador de aproximação da condição de informalidade, passou de 25% dos ocupados das AM em 1981 para 39% em 2006 (Tabela 4).

Entre as AM, Brasília apresentou o menor crescimento da informalidade e as AM do Sul, onde a informalidade era a menos expressiva, o maior crescimento. Nas ANM, houve uma ligeira redução dessa participação (de 61% para 54%), embora os trabalhadores sem contribuição previdenciária continuem representando parcela majoritária da população ocupada. Contribuíram para esse processo, sobretudo, o crescimento da contribuição nas ANM da Região Sul e Sudeste. Nas regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, a informalidade é mais acentuada. Os dados do período 2001-2006 sugerem ainda uma tênue redução geral da informalidade, embora permaneça bastante acentuada em Belém e nas AM do Nordeste e nas ANM de todas as macrorregiões.

Tabela 4 – Percentagem de ocupados sem contribuição previdenciária oficial segundo grande região e área censitária – Brasil<sup>1</sup> 1981, 2000 e 2006

Região	1981		2001		2006	
	AM	ANM	AM	ANM	AM	ANM
Norte	33,5	49,1	56,3	61,4	56,4	57,5
Nordeste	35,3	76,6	51,5	76,1	48,7	73,1
Sudeste	24,0	49,4	38,3	45,9	36,7	41,3
Sul	20,1	60,0	38,2	51,4	35,8	44,8
Centro-Oeste	25,5	58,6	36,9	59,8	33,2	53,6
Total	25,4	61,3	41,0	58,6	39,1	53,9

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em termos setoriais, a construção civil, reconhecida pela elevada informalidade de suas ocupações, apresentou a pior dinâmica para a contribuição previdenciária nas AM: cresceu 32 pontos percentuais entre 1981 e 2006, superando a elevada taxa observada no setor doméstico e permanecendo atrás apenas do historicamente precário setor agrícola (Tabela 5). O percentual de trabalhadores sem contribuição previdenciária também cresceu de modo significativo e generalizado nos demais setores, tanto naqueles que diminuíram sua participação relativa no total das ocupações, indústria de transformação e setor financeiro, como naqueles que aumentaram, por exemplo, comércio e reparação, atividades a empresas e alojamento e alimentação. Uma tendência positiva pode ser observada na redução de 5,5 p.p no percentual de não contribuição dos serviços domésticos, embora junto com serviços

peçoais e construção civil, seja um dos setores onde a contribuição previdenciária é bem menor nas AM.

Nas ANM, as mudanças positivas ocorreram com o aumento do percentual de trabalhadores com contribuição previdenciária nos serviços domésticos e nas atividades agrícolas. Assim como nas AM, além do crescimento econômico positivo, isso pode estar também relacionado a uma maior atuação do Estado nos últimos anos no que se refere à formalização dos vínculos de emprego, como observado em Baltar et al. (2006). No entanto, também houve um forte movimento de informalização em alguns setores, como pode ser observado no aumento do percentual de não contribuição de trabalhadores em transporte, armazenagem e comunicação, construção civil, alojamento e alimentação, setor financeiro, comércio e reparação e atividades a empresas.

Tabela 5 – Percentagem de ocupados sem contribuição previdenciária oficial, segundo setor de atividade e área censitária – Brasil<sup>1</sup> 1981 e 2006

Setor de atividade	1981		2006	
	AM	ANM	AM	ANM
Atividades agrícolas	72,6	91,9	78,4	83,7
Indústria transformação	15,2	33,1	32,0	35,6
Outras ativ. industriais	5,2	23,4	10,5	19,9
Construção civil	31,2	51,8	63,2	70,7
Comércio e reparação	30,4	40,5	44,7	51,0
Alojam. e alimentação	31,4	48,4	49,9	61,2
Transp., armazen. e com.	10,6	25,2	28,4	44,4
Administração pública	17,2	16,2	18,0	13,9
Educ., saúde e serv. soc.	12,7	14,3	19,9	16,0
Serviços domésticos	68,0	83,3	62,5	74,2
Setor financeiro	3,0	3,9	13,4	17,2
Atividades a empresas	13,6	23,8	25,1	32,5
Serviços pes. e recreat.	57,8	71,9	60,6	71,5
Outros serviços	22,7	38,1	38,0	49,8
Total	25,4	61,3	39,1	53,9

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclui áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 6 – Percentagem de ocupados com jornada inferior a 35 horas semanais segundo grande região e área censitária – Brasil<sup>1</sup> 1981, 2000 e 2006

Região	1981		2001		2006	
	AM	ANM	AM	ANM	AM	ANM
Norte	15,8	14,3	22,8	21,4	28,2	24,1
Nordeste	18,0	26,3	24,7	35,4	23,8	39,9
Sudeste	15,3	13,4	18,4	20,6	19,8	21,7
Sul	15,2	16,3	19,2	22,8	19,8	25,1
Centro-Oeste	12,2	13,3	20,3	23,0	19,5	24,6
Total	15,6	18,3	19,8	26,0	20,7	28,4

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclui áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que se refere à parcela de trabalhadores com jornada inferior a 35 horas semanais, utilizada como aproximação para a mensuração do subemprego, essa aumentou nas duas regiões, porém de forma mais intensa nas ANM. Em 2006, estes representavam 21% dos

ocupados nas AM e 28% nas ANM (Tabela 6). Os dados também sugerem que o subemprego teria aumentado mesmo no recente período de crescimento econômico, sobretudo nas ANM da região Nordeste, onde já era mais acentuada em 1981.

A deterioração dos indicadores de jornada de trabalho também ocorreu de modo bem generalizado entre os setores de atividade, porém com maior vigor em atividades agrícolas, alojamento e alimentação e serviços domésticos (Tabela 7). Associada aos indicadores de informalidade de parcela expressiva das ocupações, o crescimento da subjornada sugere o crescimento expressivo do subemprego, ou seja, de ocupações em caráter parcial e temporário nos mercados de trabalho das AM e das ANM, como forma de inserção precária num contexto de manutenção das taxas elevadas de desemprego.

Diferenças expressivas entre as AM e ANM são também observadas em relação ao padrão de remuneração dos trabalhadores.

Apesar de ter ocorrido uma melhora no rendimento médio/hora do trabalho principal das ANM entre 1981-2006, este continuava inferior ao das AM em 2006 (R\$ 2,3 a menos do que o dos trabalhadores das AM) (Tabela 8). A tendência de queda do rendimento médio nas AM continuou mesmo no período 2001-2006. Entretanto, são observadas importantes distinções entre as regiões que de modo geral refletem o padrão desigual da distribuição de renda do país: aumento do rendimento na RIDE de Brasília, superior tanto às demais AM como às ANM; melhores rendimentos nas AM do Sul e Sudeste; queda dos rendimentos nas AM Norte (Belém) e Nordeste; rendimentos bastante inferiores nas ANM do Nordeste.

Tabela 7 – Percentagem de ocupados com jornada inferior a 35 horas semanais, segundo setor de atividade e área censitária – Brasil<sup>1</sup> 1981 e 2006

Setor de atividade	1981		2006	
	AM	ANM	AM	ANM
Atividades agrícolas	16,2	18,3	35,2	39,9
Indústria transformação	8,3	14,5	13,0	16,7
Outras ativ. industriais	4,8	5,4	7,4	9,7
Construção civil	4,5	11,1	10,6	8,8
Comércio e reparação	13,2	14,0	16,6	21,4
Alojam. e alimentação	11,2	14,5	19,1	24,5
Transp., armaz. e com.	6,8	6,7	9,2	15,1
Administração pública	21,1	16,1	20,4	25,6
Educ., saúde e serv. soc.	40,7	46,3	37,4	43,3
Serviços domésticos	19,3	19,1	36,7	41,0
Setor financeiro	22,4	19,4	20,0	25,6
Atividades a empresas	15,3	12,4	16,2	21,0
Serviços pes. e recreat.	46,2	53,8	37,0	45,0
Outros serviços	22,6	20,5	18,9	28,1
Total	15,6	18,3	20,7	28,4

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 8 – Rendimento médio/hora do trabalho principal na semana<sup>1</sup> segundo grande região e área censitária – Brasil<sup>2</sup> 1981 e 2006 (em Reais)

Região	1981		2001		2006	
	AM	ANM	AM	ANM	AM	ANM
Norte	5,3	4,9	5,3	4,3	4,6	4,8
Nordeste	5,5	2,5	4,8	2,2	4,8	2,7
Sudeste	7,7	4,6	7,5	4,9	7,1	5,2
Sul	6,9	4,2	6,5	4,3	6,6	5,2
Centro-Oeste	8,8	4,2	9,5	4,5	10,8	4,9
Total	7,3	3,8	6,9	3,9	6,7	4,4

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Valores em 1º de outubro de 2007 (INPC corrigido para a PNAD, IPEA).

(2) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 9 – Rendimento médio/hora do trabalho principal na semana<sup>1</sup> segundo setor de atividade e área censitária – Brasil<sup>2</sup> 1981 e 2006 (em Reais)

Setor de atividade	1981		2006	
	AM	ANM	AM	ANM
Atividades agrícolas	5,7	2,6	3,2	2,2
Indústria transformação	7,6	4,3	6,1	4,6
Outras ativ. industriais	13,0	7,1	12,3	7,4
Construção civil	5,1	3,0	4,3	3,6
Comércio e reparação	6,0	4,5	5,3	4,4
Alojam. e alimentação	4,5	3,4	4,4	3,2
Transp., armazen. e com.	8,0	5,6	6,3	5,3
Administração pública	10,6	6,4	13,7	8,2
Educ., saúde e serv. soc.	10,2	6,3	9,9	7,5
Serviços domésticos	1,6	0,9	2,9	2,1
Setor financeiro	14,6	13,1	12,7	10,9
Atividades a empresas	8,6	5,7	9,2	7,7
Serviços pes. e recreat.	4,8	3,0	6,8	4,8
Outros serviços	9,8	4,5	6,9	5,5
Total	7,3	3,8	6,7	4,4

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

(1) Valores em 1º de outubro de 2007 (INPC corrigido para a PNAD, IPEA).

(2) Exclusive áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em termos setoriais, os rendimentos por hora de trabalho caíram principalmente em alguns dos setores mais importantes e estruturados da economia: indústria de transformação, outras atividades industriais, administração pública, educação, saúde e serviços (Tabela 9).

Nas AM, houve queda do rendimento médio/hora de trabalho em praticamente todos os setores, à exceção de administração pública (R\$3,1 de acréscimo), serviços pessoais e recreativos (R\$2 de acréscimo), serviços domésticos (R\$1,3 de acréscimo) e atividades a empresas (R\$0,6 de acréscimo). Nas ANM, as melhorias no rendimento médio/hora de trabalho foram mais relevantes em atividades a empresas (R\$2 de acréscimo), administração pública e serviços pessoais e recreativos (ambos, R\$1,8 de acréscimo).

## Considerações finais

Embora tenha sido destacado o aumento do emprego no interior do país em contraste com as grandes áreas urbanas, vem ocorrendo uma piora nas estruturas das ocupações, tanto nas AM como nas ANM brasileiras desde a década de 1980. Isso pôde ser observado no aumento das ocupações em atividades de serviços com diversas lógicas de organização que se referem

tanto à busca pela sobrevivência como processos de reestruturação das empresas (terceirização, subcontratação, etc.). Esse processo ocorre em um contexto de elevada instabilidade no que se refere ao crescimento econômico, redução dos investimentos públicos e privados, sendo que as mudanças ocorridas não foram suficientes para alterar o padrão da divisão inter-regional do trabalho, caracterizado por elevadas desigualdades regionais. Portanto, as menores taxas de desemprego das aglomerações não metropolitanas não estão relacionadas à sua maior capacidade de geração de emprego, mas sim a uma maior pressão das transformações observadas nas últimas décadas sobre as estruturas mais complexas (produtivas e ocupacionais) das áreas metropolitanas.

O contexto macroeconômico mais recente de retomada do crescimento das atividades econômicas, inclusive da industrial, promovido pelas melhorias no comércio internacional certamente terá maiores impactos nas estruturas metropolitanas com estruturas produtivas de maior complexidade e diversidade. No entanto, faz-se necessária a retomada de uma trajetória sustentável de crescimento e de investimentos nas infraestruturas sociais urbano-regionais visando reduzir desigualdades na divisão inter-regional do trabalho, bem como a reversão do quadro de precarização dos mercados de trabalho metropolitano e não metropolitano.

### **Hipólita Siqueira**

Economista. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil.  
hiposique@hotmail.com

### **Alexandre Gori Maia**

Estatístico e doutor em Economia Aplicada. Universidade Estadual de Campinas Campinas, São Paulo, Brasil.  
gori@eco.unicamp.br

## Notas

- (1) Em função de sua grande participação nas operações de privatização e de fusão e aquisição em detrimento do aumento de capacidade produtiva, os recursos atraídos não foram capazes de alterar significativamente a taxa global de investimentos da economia brasileira. Por outro lado, num contexto de guerra fiscal, contribuíram para um movimento típico de desconcentração da indústria de bens de consumo no sentido das regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste (Siqueira, 2010a).
- (2) Convém destacar que, como afirma Barbosa de Oliveira (1998), o excedente estrutural de mão de obra não surge a partir desses processos e tem suas origens históricas relacionadas à ocupação econômica do território brasileiro no período colonial-escravista.
- (3) Segundo Cano (2008), de modo contrário à desconcentração “virtuosa” entre 1970 e 1980, que se deu sob impactos de políticas de desenvolvimento nacional e regional, nível elevado de investimentos e de taxas de crescimento econômico e resultaram no aprofundamento da integração do mercado nacional, no período pós-“crise da dívida” a desconcentração ocorre sob pífio crescimento econômico e guerra fiscal, sendo a estrutura produtiva do centro dinâmico da acumulação, Região Metropolitana de São Paulo, mais afetada pelas perdas de crescimento.

## Referências

- AMITRANO, C. (2006). O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. *Política Econômica em Foco*, n. 7, pp. 206-249.
- ARAÚJO, T. B. (2000). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro, Revan.
- AZZONI, C. R. (1986). *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo, IPE-USP.
- BALTAR, P. E. de A.; KREIN, J. D. e MORETTO, A. (2006). O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*. Campinas, n.3, pp. 3-10.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. (1998). “Formação do mercado de trabalho no Brasil”. In: OLIVEIRA, C. A. B. et al. (orgs.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas, IE-Unicamp.
- CANO, W. (2008). *Desconcentração produtiva no Brasil*. São Paulo, Unesp.
- CARNEIRO, R. (2008). Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Texto para discussão. Campinas, IE-Unicamp, n.153.
- CORSEUIL, C. H. e FOGUEL, M. N. (2002). Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. Texto para Discussão, n. 897. Rio de Janeiro, IPEA.
- DINIZ, C. C. (1995). A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Texto para discussão, 375. Brasília, IPEA.

- FAGNANI, E. (2005). *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Tese de doutorado. Campinas, IE-Unicamp.
- GUIMARÃES NETO, L. (2002). "As economias regionais e o mercado de trabalho no Brasil dos anos de 1990". In: KON, A. (2002). *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.
- LEONE, E. T. e BALTAR, P. E. de A. (2007). Economia e mercado de trabalho no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*. Campinas, IE/Unicamp, n. 3, pp. 5-8.
- MAIA, A. G. (2009). "Dinâmica do mercado de trabalho e das classes ocupacionais no Brasil: 1981 a 2007". In: MACAMBIRA, J. e CARLEIAL, L. M. (orgs.). *Emprego, trabalho e políticas públicas*. Fortaleza, IDT.
- MARICATO, E. (2000). Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, pp. 21-33. São Paulo.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/IPPUR/FASE/IPARDES (2005). Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de Atividades I. Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias.
- PACHECO, C. A. (1998). *Fragmentação da nação*. Campinas, IE/Unicamp.
- QUADROS, W. (2008). A evolução recente da estrutura social brasileira. Texto para Discussão, IE/Unicamp, n. 148.
- SIQUEIRA, H. (2010a). *O desenvolvimento regional recente no Brasil*. Rio de Janeiro. E-papers.
- \_\_\_\_\_ (2010b). *Economia metropolitana e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro. E-papers.
- TAVARES, M. C. (1999). "Império, território e dinheiro". In: FIORI, J. L. (org.) (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ, Vozes.

Texto recebido em 18/fev/2010  
Texto aprovado em 12/abr/2010

